

ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se ao aeroporto de Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende o servidor público.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se a respeito do custo Brasil.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se às eleições municipais nos quatro municípios catarinenses; tece comentário sobre o ex-secretário da Fazenda Ubiratan Rezende.

DEPUTADO DADO CHEREM - Tece comentários sobre as obras no vale do rio Tijucas.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se às eleições municipais nos quatro municípios catarinenses.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Debate a segurança pública.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Manifesta-se a respeito da Fatma.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Faz homenagem à BRF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes das Breves Comunicações esta Presidência comunica:

(Passa a ler.)

"Comunicado

Esta Presidência comunica a edição do Ato da Presidência n. 003/2013, que designa os membros das Comissões Permanentes, e solicita aos senhores Parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas de cada comissão, que procedam a sua convocação para instalação dos trabalhos e eleição dos respectivos presidentes e vice-presidentes, na forma do art. n. 123 do Regimento Interno desta Casa".

Sala das sessões, 05 de março de 2013". [sic]
Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar o tempo que tenho hoje nesta tribuna para entrar novamente num assunto de suma importância não só

para Santa Catarina, mas também para Joinville, que diz respeito ao nosso aeroporto.

Srs. deputados, o aeroporto de Joinville no momento não atende às necessidades de Joinville e muito menos da região, fazendo com que boa parte dos empresários e das pessoas que precisam se locomover para outro estado, usando o transporte aéreo, fazem no aeroporto de São José dos Pinhais, no Paraná, porque o nosso aeroporto não tem condições, ou porque está chovendo, ou porque tem muita neblina, ou porque um passarinho está na pista, quer dizer, sempre há algum problema que faz com que voos sejam cancelados para Joinville.

As autoridades constituídas daquele município, capitaneadas pelo ex-governador e hoje senador Luiz Henrique da Silveira, estão lutando para fazer com que aquele aeroporto funcione de acordo com as necessidades do município e da região, com a qualidade de pista, de estrutura e de acesso, em nível da nossa cidade.

Foram lançadas três frentes para que tenhamos um aeroporto de acordo com aquilo que requer a cidade e o estado de Santa Catarina. A primeira é a duplicação da Avenida Santos Dumont, que é o acesso ao aeroporto. A segunda frente seria o chamado ILS, um aparelho que permite que as aeronaves possam aterrissar no aeroporto de Joinville com neblina, com chuva ou em condições adversas. A terceira frente seria o aumento da pista do aeroporto, que é necessário para as aeronaves que descem hoje e para aquelas de maior porte.

Pois bem, a briga para o aumento dessa pista já vem de alguns anos. Primeiramente, havia o problema de uma família de caranguejos no final da pista que não podia ser removida, porque o meio ambiente não permitia, iria ofender os princípios ambientais. Foi uma discussão que levou tempo até ser resolvida. Depois, vieram os problemas das indenizações. Muitos não aceitavam que fosse cortada uma árvore próxima ao aeroporto. Mas depois de muita luta resolvemos essa questão.

O sr. governador esteve em Joinville há alguns dias e lá deu a ordem de serviço para a duplicação

da nossa Avenida Santos Dumont, num percurso de 1.800 metros, sendo que apenas temos 800 metros em condições de serem duplicados, porque os 1.000 metros restantes ainda dependem de desapropriação ou indenização. Mas havia a necessidade da ordem de serviço para que começassem os trabalhos e nesse meio tempo se conseguisse o intento de desapropriar ou indenizar algumas áreas.

A ordem de serviço foi dada, muitas alegrias, muitos elogios, para que se começasse uma das três intenções deste governo em fazer um aeroporto descente, bom e útil para todos.

Aí veio a notícia do ILS, o recebimento do aparelho. Estive na prefeitura conversando com o prefeito, que estava eufórico com a novidade, enfim, chegou o tão famigerado aparelho que o senhor governador e hoje senador Luiz Henrique da Silveira afundou os corredores da Infraero para conseguir. Finalmente veio o ILS. Na ocasião da ordem de serviço lá na Avenida Santos Dumont todos citamos a chegada do famigerado ILS, que em 90 dias estaria em operação.

Pois muito bem. Esse é o segundo braço necessário para se fazer o aeroporto moderno. O terceiro seria o aumento da pista que, lamentavelmente, o sr. prefeito recebeu... Primeiro, ele perguntou verbalmente por telefone e o pessoal da Infraero disse-lhe o seguinte: "O senhor faça isto de forma expressa. O senhor escreva perguntando e nós lhe responderemos". E a resposta, depois de feita a pergunta por escrito, veio por escrito também: "No momento não vamos aumentar a pista do aeroporto de Joinville".

Então, o que aconteceu? Depois de conseguir remover a família de caranguejo que havia lá, de fazer as indenizações necessárias e tudo mais, recebemos agora, curto e grosso, a resposta de que não há aumento de pista no momento, nem verba, nem coisa nenhuma, um balde de água nas pretensões do município de Joinville.

Para completar, nessa semana tivemos a informação de que o ILS que foi mandado para Joinville para poder operacionalizar precisa de alguns acessórios. E que todos esses complementos

para o funcionamento do ILS não vêm para cá antes de um ano. Tem que ser feita a licitação, precisa ver quem vai autorizar, precisa conversar com "a" e com "b", ou simplesmente entendemos a conversa: vamos ter que voltar a pedir por favor para a Infraero fazer alguma coisa no sentido de que esse ILS funcione. Simplificando: má vontade ou antipatia de forma absoluta e pontual em relação às autoridades competentes do município de Joinville, ou não se gosta de Joinville de verdade. "Não gostamos de Joinville ou não gostamos daquele aeroporto. Aquele aeroporto está num lugar que não gostamos e não o queremos lá"! Só pode ser isso, porque as coisas estavam bem encaminhadas, estávamos ansiosos para ver em andamento os três braços que dariam o porte natural de um aeroporto para Joinville, um aeroporto descente para descer aeronaves em segurança e para não termos tantos vôos cancelados. Agora vamos começar praticamente da estaca zero. O que temos de verdadeiro, em relação ao aeroporto de Joinville, são os primeiros 800m para a duplicação, que já estão indenizados. Ainda faltam 1.000m para serem indenizados, ainda faltam todos os complementos para o ILS e ainda falta conversar de pé de orelha com esse pessoal da Infraero para convencê-los de que é necessário o aumento da pista do aeroporto de Joinville.

Essa é a situação da maior cidade de Santa Catarina, que está recebendo o aporte de empresas de nível internacional, com fábricas se instalando e empresários chegando via aeroporto de Curitiba e Navegantes, porque a maioria dos voos em Joinville são cancelados por falta de boa vontade da Infraero. Esta é a grande verdade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e demais pessoas que nos acompanham na tarde desta

terça-feira, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, chamou a minha atenção a matéria de capa do *Diário Catarinense*, de domingo, dia 03 de março, cujo título é "Os dilemas do estado para voltar a investir".

(Passa a ler.)

"Com a despesa da folha de pagamento perto do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo consegue, primeira vitória, economizar R\$ 100 milhões, em 2012."

Mas a matéria de capa, principal matéria da edição, trata da diminuição do crescimento da receita, ou da desaceleração do crescimento da receita, que o governo tem usado politicamente. Não é uma diminuição, não existe uma diminuição da receita. Poderíamos falar, sim, numa desaceleração do crescimento da receita. Aí estaria mais correto do ponto de vista matemático. Mas o governo prefere falar em diminuição da receita, que é a forma de justificar o não ter dinheiro para muitas coisas. Evidentemente que no caminho de apontar soluções, de fazer uma análise, ou de atribuir responsabilidades, mais uma vez, a culpa cabe, segundo o jornal, que é a posição do governo, ou segundo a posição do governo, expressa pelo *Diário Catarinense*, aos servidores. Como, aliás, há pelo menos 23 anos.

Tem crise de arrecadação, o governo está se sentindo com pouco dinheiro para tocar seus projetos, coloca-se a culpa nos servidores. E a grande imprensa acompanha esse debate. Mas é lamentável que a maioria dos formadores de opinião, inclusive, a maioria dos parlamentares, ou dos detentores de cargos eletivos, acaba concordando com essa tese de forma simplória e imediata. Aí se espantam quando a marginalidade começa a colocar fogo em ônibus, quando aparece fila de pessoas internadas no chão dos hospitais, ou quando aparece fila de pessoas que sequer consegue uma internação no chão do corredor de um hospital, ou quando as escolas estão caindo aos pedaços, como se mostra aqui algumas imagens de muitas escolas catarinenses desmoronando na cabeça das crianças. Aí as pessoas se espantam.

Isso está embutido, é resultado dessa política de acreditar que o grande problema, o grande vilão da sociedade atual e do estado são os gastos com os servidores, com a folha de pagamento. Primeiro, muitas outras coisas precisam ser analisadas, antes de analisar isso. E, segundo, dentro da própria folha de pagamento teríamos que ver para quem está indo esse dinheiro, para qual finalidade está sendo usado esse dinheiro. Porque quando se fala em folha de pagamento a consequência é faltar policial, é faltar professor, é faltar técnicos e assistência à pequena agricultura.

Na realidade, toda a máquina do estado está embutida na folha de pagamento, inclusive os funcionários, muitos e muitos e muitos comissionados das 36 secretarias de desenvolvimento regional e os seus respectivos titulares e secretários. Aliás, Santa Catarina deve ser o estado do Brasil e do mundo que, com seis milhões de habitantes, tem 64 secretarias.

Não estamos falando de outras diretorias, de outras estruturas nem das autarquias das empresas. Estamos falando das secretarias de estado que Santa Catarina tem, ou seja, 64 secretarias. E isso não aparece, nem uma vírgula, dos integrantes do governo que fizeram a análise da falência do estado de Santa Catarina, por culpa da folha de pagamento, ou seja, servidor público gasta muito.

Aliás, a cada briga, a cada conflito dentro do governo cria-se mais uma secretaria para amenizar o conflito. Até não é de se admirar, de tanto me acostumar com isso, se para resolver essa crise aqui, para ver quem é que vai ser o presidente da CCJ, o governo acabar criando outra secretaria para amenizar os dissabores da ala governista, a qual vai perder. Tem sido assim em outras áreas. Tem um conflito? Desmembra, cria outra secretaria. Mais um secretário, mais uma penca de diretores. E a culpa da crise financeira do estado é do servidor.

Aí a população, pulverizada na frente dos meios de comunicação, acaba acreditando nessas análises não precipitadas, pois fazem, no mínimo, 23 anos que dizem a mesma coisa, sem falar das

isenções fiscais, eis que este deve ser o estado mais generoso do Brasil. Os Prodecs que foram aprovados aqui explicam o crescimento da quantidade dos shoppings no estado de Santa Catarina, não só na grande Florianópolis.

Temos certa rede de loja, chamada Havan, e vou falar aqui, porque já teve um quebra pau lá, no meu primeiro mandato, quando foi aprovado um Prodec aqui, e depois apareceu no jornal que quem estava contente com o Prodec era a rede de lojas Havan, que nasceu há pouco tempo na cidade de Brusque e já tem lojas pelo Brasil inteiro. Aquilo nasce igual a repolho. Parece milagre. Vai gerar emprego? Na cidade onde abre uma Havan fecham 100 lojas pequenas. Quantas lojas do centro da cidade falem para cada shopping aberto? Depois fica esse centro da cidade fantasma, para os malandros fumarem pedras de *crack* ou para a prostituição, porque os shoppings ficam perto das rodovias, para ser melhor no acesso, com investimento, com isenção fiscal que este governo de Santa Catarina dá.

A GM veio criando 300 empregos apenas! Ganhar tudo que ganha para gerar apenas 300 empregos? Cem pequenos agricultores do estado de Santa Catarina geram mais de 300 empregos e não recebem nada de isenção fiscal do mesmo governo. A BMW vai entrar em Santa Catarina apenas com a plaquinha, só com a logomarca, o resto está ganhando. Evidentemente que isso é receita que deixa de entrar no Tesouro do estado.

Falta dinheiro, e a culpa é do servidor. Aí o governo não tem mais recursos para investir. É tanto servidor, tanto salário para o servidor que sempre quer mais. Aliás, a grande maioria, aqueles que efetivamente trabalham ganham muito pouco, mas a culpa é sempre deles. Na imprensa, evidentemente não é culpa só da imprensa, que também é empresa, é culpa dos governos que fazem esses cursos e infelizmente a maioria das autoridades acaba concordando, porque saiu na grande mídia e não vou discordar, senão vou ficar mal falado, e no ano que vem tem eleição de novo. Aliás, a cada dois anos tem.

Precisa ser analisado mais profundamente, precisa cortar gordura em isenção no estado de Santa Catarina, porque o estado trabalha para dar isenção, para dar benefício. E aí o estado não investe.

Esse dinheiro que se está deixando de cobrar da BMW, da GM, da Havan, desse monte de shoppings, dos Prodecs da vida, isso não é investir? Um investimento às avessas, investimento nos grandes empresários, nas grandes iniciativas. E para o pequeno? Para a Polícia? Essa é que é a triste realidade.

Então, é preciso cortar gordura também nas tetas de 64 secretarias para um governo do estado. Quanto às SDRs, tem 36, uma tropeçando na outra. Em muitas regiões a cada 30 quilômetros tem uma. Mas se deixar apenas 16, ninguém precisa andar 100 quilômetros para chegar à primeira. Fica 16, corta vinte, e ninguém precisa andar 100 quilômetros para chegar à primeira. Mas o governo não enfrenta essa realidade, para manter essa superaliança, essa megalomaniaca aliança, e a culpa é do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta sessão.

Colegas deputados, primeiramente gostaria de registrar, deputado Antônio Aguiar, que há poucos dias tivemos o retorno de v.exa. mais forte do que quando se ausentou. Ficamos felizes por isso.

Hoje reencontramos o nosso colega deputado Altair Guidi retornando a esta Casa, e retorna com disposição, com recuperação. E sempre que um ser humano tem saúde, tem qualidade de vida, produz, é um orgulho para qualquer ser humano, independente da amizade, do coleguismo, principalmente nós que

estamos neste parlamento e, ao longo dessa história, pessoas que estão na vida pública, em cargos eletivos, que têm dado uma grande contribuição para o estado de Santa Catarina.

Eu não poderia deixar de registrar a nossa alegria de reencontrar colegas se recuperando de situações difíceis, portanto, deputado Altair Guidi, v.exa. sempre é bem-vindo a esta Casa, ao nosso meio. Desejamos que v.exa. tenha cada vez mais saúde para continuar dando a sua contribuição aos catarinenses.

Senhor presidente, o assunto que me leva a registrar, no dia de hoje, diz respeito à nossa situação no Brasil, como um todo, nos estados, nos municípios. E ouvi atentamente o discurso do deputado Sargento Soares, mas estou acompanhando, ao longo desses anos, quando já tive a oportunidade de trabalhar em empresas do setor privado, quando fui vereador, secretário da Saúde, prefeito por dois mandatos.

Agora, neste segundo mandato de deputado estadual, percebemos e vemos todos os dias que o Brasil tem um potencial enorme, uma economia diversificada, um grande potencial em sua riqueza, na agricultura, na pecuária, nos bens naturais que a natureza nos deu, e vamos falar em minério, petróleo, entre outras.

Na indústria, também, deputado Antônio Aguiar, temos que reconhecer que a nossa indústria, em que pese toda a diversidade, tem feito um esforço muito grande para gerar emprego, para criar desenvolvimento, e não precisamos fazer uma apologia, porque toda empresa visa lucro, e assim deve ser.

Ao mesmo tempo vemos o setor público cada vez mais com dificuldades de fazer investimentos. A máquina pública com uma legislação difícil no que se refere a dar celeridade a projetos, às licenças ambientais, entre outras, acaba tendo morosidade quanto à tomada de decisões. E vemos também a insatisfação do servidor público, os problemas na área da Saúde. A própria Constituição de 1988 estabeleceu que a saúde é um direito de todos e um dever do estado, mas quando não há dinheiro para

todos deve-se priorizar aqueles que têm maior necessidade, menor poder aquisitivo.

Falta dinheiro para a educação, para o sistema rodoviário, as hidrovias, as ferrovias, os portos, os aeroportos, as matrizes energéticas. E, numa analogia pessoal, os governos, seja estadual ou federal, irão fazer concessão das rodovias, das ferrovias, das matrizes energéticas ou vamos continuar nessa grande dificuldade, com esse elevado custo Brasil, porque não há dinheiro público suficiente para fazer frente à necessidade da população brasileira. Não há recursos para diminuir o custo Brasil.

Na medida em que se compra uma saca de milho no Mato Grosso por R\$ 17,00 e chega a Santa Catarina por mais de R\$ 30,00, não há como as nossas empresas competirem com outros países que têm um custo menor por conta da infraestrutura desenvolvida. Aliado a isso há uma elevada carga tributária, e não se faz uma reforma trabalhista para diminuir essa burocracia emperrada que existe há muitos anos.

Tivemos por parte do governo federal a iniciativa de fazer as concessões de rodovias e ferrovias, que na época elogiei e acredito ser uma boa alternativa para o país, mas, no entanto, o modelo implantado na época não foi atrativo para o setor privado.

Portanto, temos que enaltecer a revisão por parte do governo federal dessas concessões. Esperamos haver maior participação nos editais de leilões, que as empresas brasileiras e de outros países venham participar desse processo e fazer com que haja celeridade e melhoria na infraestrutura brasileira e que o Brasil possa ser mais competitivo.

O PIB em 2012 deu uma demonstração clara, cresceu apenas 0,9%. E obviamente que isso é preocupante, porque na medida em que a nossa economia não cresce há uma tendência natural de com o tempo virem as adversidades, desde a inflação que está aí querendo voltar e que o governo tem que tomar algumas providências e, em outros casos, não interferir, por exemplo, nas

decisões do Banco Central, que é, em outras palavras, uma agência que regula o mercado na questão inflacionária, no câmbio, mas se o governo interferir como o fez pode a sociedade brasileira ter que pagar esse preço novamente. Não é diferente a Petrobras, uma empresa pública, mas que está tendo muita interferência. E quando há isso, nós mais uma vez, os usuários, a população brasileira, poderá pagar por esse preço e custo. Modelos de empresas estatais, principalmente na exploração de petróleo, em outros países funcionam, mas sem interferência.

Por isso, acreditamos que o modelo de concessões, a não interferência do governo, poderá ser benéfica para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a todos que nos acompanham pela TVAL. E quero dizer, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, que estivemos neste último final de semana acompanhando um momento importante do processo político de Santa Catarina, quando tiveram também a oportunidade, os nossos eleitores catarinenses, de quatro municípios, poder escolher os seus dirigentes municipais.

O PT, nosso partido, apresentou candidatos a prefeito em três cidades: Campo Erê, Balneário Rincão e Criciúma; também apresentamos uma candidatura a vice no município de Tangará.

Mais uma vez o partido saiu com uma vitória importante nessas eleições, duas vitórias de prefeitos, companheiros nossos. E quero aqui cumprimentar e parabenizar o deputado Décio Góes que depois de tanta luta, insistência e inclusive injustiças teve a sua grande vitória no município de Balneário Rincão. Portanto, parabenizo o nosso

ex-colega deputado Décio Góes que esteve neste Parlamento por um período importante e destacou-se aqui nesse espaço.

Cumprimento também o Rudimar Borcione, no município de Campo Erê, que teve uma vitória importantíssima na primeira eleição que disputou como candidato, sendo que o outro candidato não poderia ter concorrido, e a eleição foi anulada. Nas duas eleições tivemos uma ampliação do número de votos em Campo Erê, porque na outra perdemos a eleição por 50 votos. Agora, o Rudimar Borcione ganhou a eleição por 688 votos. E o Décio Góes ampliou muito a sua votação, para 589 votos, em Balneário Rincão.

Também, queremos destacar aqui a nossa participação no município de Criciúma. Uma liderança nova do nosso companheiro Fábio André Brezola. Disputou a eleição, fez mais de 10% dos votos, uma votação expressiva pela situação política, uma candidatura nova, mas estamos construindo um novo líder no município de criciúma. Por isso, parabenizamos a coragem, a ousadia do partido e também do nosso candidato a prefeito, Fábio André Brezola.

Além disso, participamos em Tangará com um candidato a vice-prefeito do PMDB, mas não obtivemos vitória; perdemos a eleição.

Quero cumprimentar toda a direção partidária, o nosso presidente José Fritsch que esteve nesta Casa no dia de hoje.

O partido vem consolidando uma posição importante nessa última eleição, em outubro, quando tivemos um crescimento em número de municípios, em número de prefeitos e vice-prefeitos e também em vereadores, e agora neste momento ganhando 50% das cidades em que disputamos. E onde não ganhamos tivemos uma força política importante, já que na outra eleição em Criciúma apoiamos o PMDB e agora tivemos candidatura própria.

Então, queremos agradecer a todos os catarinenses que mais uma vez apoiaram o nosso projeto, apostaram em nossos candidatos e deram-

nos uma importante vitória nessas eleições, em dois municípios do nosso estado.

Sr. presidente, quero voltar a fazer um comentário que já fiz em outro momento. É um novo comentário sobre o ex-secretário da Fazenda Ubiratan Rezende.

Hoje, na coluna do comentarista Moacir Pereira, numa parte da entrevista o Ubiratan fala da situação do governo Raimundo Colombo, nesta aliança. Quando ele saiu do governo, da secretaria da Fazenda, ele disse que voltou para Santa Catarina, para o governo, numa perspectiva de mudar a secretaria da Fazenda.

Naquela vez ele afirmou que a secretaria da Fazenda era um balcão de negócios. E agora, quando é convidado para voltar ao governo, ele faz uma nova declaração. Ele diz que o governo virou refém de uma aliança política. E que dentro da sua base de governo tem vários governos e não têm condições de governar de fato, têm dificuldades de tomar posições, pelo próprio perfil do governador.

Então, essas afirmações com certeza deixam a sociedade catarinense com grandes preocupações.

Estamos aqui acompanhando toda a entrevista. E por vários momentos o secretário faz afirmações muito duras sobre tudo isso que está acontecendo. E no final ele diz que a lógica do governo não é de ter um governo. Ele diz que existem vários governos dentro do seu governo. E disse isso também para o governador Raimundo Colombo. Ou seja, que cada um, nos seus interesses, está dentro deste governo; que estão aí para defender esses interesses e não o governo; que é muito difícil fazer a coordenação de diversos governos dentro de um único governo. Essas são afirmações de uma pessoa que viveu um período dentro do governo do estado.

Então, isso só reafirma a avaliação que temos feito nesta tribuna da dificuldade do governador tomar posições em várias áreas.

Ultimamente, recentemente, vivemos a situação da segurança pública, em Santa Catarina, quando demorou muito para se tomar decisões. Temos a situação da alimentação escolar, que citei aqui na

semana passada, com o fim da terceirização. O governo anunciou no ano passado que iria acabar com a terceirização, mas até agora nada aconteceu.

Então, é um governador que não toma posição. É um governador que tem dificuldade de governar este estado. Mas esperamos que ele tome decisões.

Então, o governo está parado por esse conjunto de motivos que estamos ressaltando nesses dois anos e pouco de governo. Não tem rumo o desenvolvimento do nosso estado. Tem um rumo, uma perspectiva de um aglomerado político para conduzir politicamente o estado e manter o poder político para os próximos anos. Mas não é uma estratégia de desenvolvimento para o nosso estado. E gostaríamos que ele pense de fato no desenvolvimento de Santa Catarina para os próximos 20 anos, 30 anos, 50 anos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Dirceu Dresch, quero considerar suas colocações. Acho que v.exa. tem razão em algumas questões pontuais com relação ao governo do estado. Mas deputado Dirceu Dresch, quem é o Ubiratan Rezende? Estou dois anos como deputado nesta Casa e nunca vi essa figura. É um acadêmico que dizem que veio de uma universidade dos Estados Unidos, que passou uma temporada no Brasil, nunca teve um voto, não tem voz, não tem legitimidade. Então, parece-me que usar o Ubiratan Rezende como couraça para de uma forma ou de outra tentar atingir o governador Raimundo Colombo é muito fraco esse argumento deputado Dirceu Dresch. De fato reconheço que há muito que avançar, mas não com o Ubiratan Rezende.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ele só se diz, e o próprio governador Raimundo Colombo reconhece isso, que ele é o conselheiro do governador, segundo o nosso jornalista Moacir Pereira. Ele foi convidado para voltar para o governo. Então, é uma figura que com certeza tem muita força neste governo.

Mas estamos cobrando agilidade. O povo catarinense espera mais na educação, na saúde, na

segurança; espera posições firmes para o povo catarinense melhorar as suas condições de vida. É isso que esperamos em Santa Catarina. Não estamos torcendo pelo melhor ou pior, apenas queremos que o estado se desenvolva e possa melhorar a vida do seu povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Muito obrigado, sr. presidente. Quero saudar os srs. deputados, os nossos telespectadores da TVAL e dizer da alegria que sentimos na semana passada e no dia de ontem, quando estivemos com o governador Raimundo Colombo e com o secretário Valdir Cobalchini, juntamente com os deputados Jean Kuhlmann, Maurício Eskdlark, Serafim Venzon, o deputado federal Peninha, o deputado Silvio Dreveck que representou esta Casa, com lideranças do vale do Rio Tijucas, quando fomos acompanhar o governador Raimundo Colombo e o secretário Valdir Cobalchini na entrega da ordem de serviço para a reurbanização, para melhorias daquela que até então é conhecida como a Rodovia da Morte, a então SC-411 que hoje se chama SC-410.

Esse é um trabalho, sr. presidente, que começou comigo e com o deputado Volnei Morastoni, no ano de 2011, após uma audiência pública, provocada pelo vereador Adauto, do município de Tijucas. E com certeza após muitas idas e vindas, com a participação dos deputados que já citei, tivemos a alegria, ontem, na cidade de Tijucas, de fazer os devidos encaminhamentos para a revitalização dessa malha viária. E não ficou por aí, srs. deputados, sra. deputada, tivemos também uma notícia muito boa do próprio governador e do cel. Nazareno Marcineiro, que é o nosso tão sonhado e esperado posto da Polícia Rodoviária Estadual, na cidade de Canelinha, que vai contemplar a rodovia que hoje se chama SC-410.

Dessa forma cidades pacatas como Tijucas, Canelinha, São João Batista e Nova Trento de uma hora para outra se tornaram uma rodovia da morte, pela questão do turismo religioso no Santuário da Santa Paulina, pelo polo calçadista de São João Batista, pela travessia daquela cidade e o crescimento da cidade de Canelinha e Tijucas, que são entradas para todo este vale.

Então, tivemos duas ações de extrema importância para o vale do rio Tijucas: a revitalização daquela malha viária e a construção do posto da Polícia Rodoviária Estadual.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., até porque tenho acompanhado a sua luta pela realização de todos esses projetos, desde a implantação do posto da Polícia Rodoviária Estadual até a questão da recuperação da malha rodoviária.

Quero parabenizar também o governador Raimundo Colombo pelos investimentos realizados. Lembro que há dois ou três anos, quando ainda estava na chefia da Polícia Civil, participamos com v.exa. de várias reuniões, principalmente para resolver a questão do posto da Polícia Rodoviária, que aumenta significativamente a região. Então, vejo que foi um dia especial para toda a região do vale do Rio Tijucas e para o estado de Santa Catarina.

Parabéns ao governador Raimundo Colombo e a v.exa. por mais essa conquista para a nossa região.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, até por questão de justiça quero fazer um agradecimento especial ao governador Raimundo Colombo pela sensibilidade de saber da importância dessa obra, como também ao secretário Cobalchini. Muitas vezes estive nesta tribuna criticando a atuação deste secretário, reconheço aqui, mas rendo-me ao seu trabalho frente àquela Pasta, por essa importante obra. Tenho certeza de que o secretário se esforçou, e se essa obra está saindo

é mérito tanto do secretário quanto do coronel Nazareno, da Polícia Militar.

Sr. presidente, uma boa notícia para a nossa região é que na semana passada fui informado pelo secretário Cobalchini, e estive ontem pessoalmente com ele dando a notícia, que ontem foi contratada a obra, o projeto de engenharia da estrada que liga Camboriú a Brusque, por dentro, e v.exa. conhece bem a região do Braço, da Limeira, trabalho que começou com a prefeita Luzia e o prefeito Paulo Eccel, de Brusque, com a minha participação, dos deputados Maurício Eskudlark, Serafim Venzon, Volnei Morastoni, todos imbuídos na busca dessa tão importante obra.

Srs. deputados, está havendo uma verdadeira revolução no sistema viário, de urbanização daquela região. Teremos a duplicação da rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque, processo que começou nesta Casa com este deputado e com o então deputado Jandir Bellini. Tivemos também a participação da sociedade civil organizada de Brusque, de Itajaí e de toda região, obra que vai começar a se concretizar a partir do mês de maio.

Então, teremos a rodovia de Camboriú a Brusque por dentro, uma nova realidade para a qual o projeto de engenharia já foi contratado e a duplicação da rodovia Antônio Heil.

E na semana que vem quero estar novamente nesta tribuna falando sobre outra importante obra com a qual o governo do estado vai contemplar a nossa região com uma verdadeira revolução urbana, econômico-social, porque isso mexe com tudo, mexe com o entorno das cidades, com o comércio da região, com a malha viária e faz com que as pessoas se sintam reconhecidas pelo governo do estado.

Srs. deputados, para mim essas obras são muito importantes e gratificantes, porque desde o início do meu mandato elenquei algumas obras significativas para a região, assim como a duplicação da rodovia Antônio Heil, de Brusque a Itajaí, a rodovia que liga Brusque a Camboriú, que fazem parte das lutas do nosso mandato, assim como o centro de eventos do nosso município de

Balneário Camboriú, o segundo acesso a Bombinhas, a Porto Belo, o morro do Encano entre Itapema e Camboriú, o hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, a luta pela nossa saúde, em Camboriú, apesar das dificuldades internas.

Tudo isso faz parte do meu mandato. E hoje, srs. deputados e telespectadores da TVAL, vejo o nosso passo, a nossa caminhada inicial para a grande jornada que todo homem público faz no início do seu mandato, começar a ser contemplado e a nossa caminhada sair do ponto inicial.

Então, para mim é importante, pois são obras emblemáticas, são obras difíceis de serem feitas, obras caras, mas estamos sentindo, sim, interesse por parte do governo do estado.

Então, sr. presidente, srs. deputados, assomo a esta tribuna para agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao secretário Cobalchini, às lideranças que se estão empenhando, aos deputados desta Casa já citados, aos prefeitos daquela região, como Rodrigo Bolinha, Jandir Bellini, Luzia Mathias, Paulo Eccel, que diretamente, com todos os seus munícipes, acabaram sendo contemplados.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Sargento Amauri Soares, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que assiste à TVAL, que ouve a Rádio Alesc Digital, que acompanha os trabalhos desta Casa, funcionários desta Casa.

Regressamos em clima de eleições, se bem que foram poucos municípios em Santa Catarina que tiveram novamente eleições, a exemplo de Criciúma.

Na minha região, tivemos eleições em Campo Erê e Tangará. Mas a eleição mais importante foi a de Tangará, porque em Campo Erê apoiamos o PT com o PMDB; em Criciúma, nem foi eleição, foi um passeio turístico. Mas em Tangará foi uma eleição de grande responsabilidade em que o povo, os amigos da cidade, os homens, as mulheres, a juventude responsável do município, entendeu que realmente a Lei da Ficha Limpa teria que funcionar. Não podemos transferir a responsabilidade!

Em Tangará tivemos a cassação do prefeito, meu amigo, pois a Justiça entendeu que ele estava errado. Não foram os nossos candidatos que disseram que eles estavam errados, que eles ganharam as eleições erroneamente, foi a Justiça. Sendo assim, o juiz marcou uma nova partida que tinha como torcedores os jovens, as mulheres, o nono, a nona, o agricultor, o comerciante, o empresário, o funcionário público, que entenderam que o time formado por Euclides Cruz e Nadir Baú tinha a preferência da torcida.

Realmente os adversários lutaram muito, com muita diplomacia, com ética. Foi uma eleição de alto nível, a não ser por um pequeno incidente em que um representante da Justiça Eleitoral tentou provar que eu, como deputado, não poderia estar presente no pátio de um colégio onde estavam as urnas, mas eu disse que sairia apenas com uma determinação do juiz, o que não ocorreu.

Mas, de resto, correu tudo bem, foi uma eleição muito boa em que os nossos adversários, como outros companheiros, mantiveram-se dentro de uma ética partidária em que o respeito prevaleceu. E prevaleceu a vontade do povo.

Deputado Valmir Comin, eu tive a oportunidade de participar de várias reuniões feitas na cidade e no interior onde somente se mostrava o programa de governo, e a estratégia foi buscar junto à comunidade as necessidades prioritárias. Realmente foi uma campanha de administradores públicos em que a comunidade mostrou que quer

participar da administração, que quer participar com ideias e que quer que haja uma maneira nova de administrar.

Cumprimentamos toda a equipe de Euclides Cruz e Nadir Baú e os vereadores, que já haviam sido eleitos, do PP, do PSDB e do PSD que participaram diuturnamente do processo eleitoral, mas não com menos responsabilidade na primeira eleição. Da mesma maneira prosseguiram agora em busca de votos para que pudéssemos eleger essa dupla.

Tangará queria uma mudança. Respeito a nossa candidata adversária, assim como o seu vice, os seus vereadores, o seu partido, o PMDB, com quem sempre tive bom relacionamento e respeito - e eles também tiveram conosco -, mas assim o povo quis.

Foi uma eleição extraordinária, em que Euclides Cruz e Nadir Baú venceram com uma diferença, num colégio de 6.600 eleitores, de 272 votos. Isso é expressivo. Foi uma eleição atípica, com uma campanha eleitoral de alto nível, mesmo sendo um município pequeno, com 6.700 eleitores, mas mantiveram a hombridade, a personalidade e o respeito entre os partidos.

Por isso, quero cumprimentar o povo de Tangará, desde o mais humilde ao mais categorizado, sem credo, sem partido, sem cor, sem raça. Mas, acima de tudo, a eleição foi pelo bem e para o bem de Tangará. Isso foi realmente o que observamos naquele pequeno município, onde estivemos durante todo o domingo vendo adversários cumprimentando-se e pessoas de todos os partidos mantendo a ética partidária e a coerência. É claro que, às vezes, alguém alterava um pouquinho os ânimos, os mais machucados, mas no geral eu tenho certeza de que a Justiça eleitoral deve se orgulhar da eleição que ocorreu em plena harmonia.

Eu não participei dos festejos porque já havia me ausentado para vir a Florianópolis, mas acompanhei pelo rádio. E tanto quanto a eleição como o pequeno festejo da vitória também transcorreram em nível de respeito e de fidalguia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, consulto v.exa., deputado Maurício Eskudlark, se fará uso do horário destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, como já falou aqui o nobre deputado Dado Cherem, ontem estivemos com a presença do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do secretário Valdir Cobalchini, na autorização de obras para a região do vale do rio Tijucas. Obras importantes, obras de recuperação da malha rodoviária estadual, inclusive da implantação de um posto da Polícia Rodoviária Estadual, no município de Canelinha. É uma obra pleiteada pela comunidade. E lembro-me de que há muitos anos já participamos de reuniões com esse objetivo, principalmente no período em que estávamos à frente da Polícia Civil do estado de Santa Catarina, seguidamente nas audiências públicas, nas Câmaras de Vereadores de Tijucas, Canelinha e São João Batista. Em todos os municípios sempre recebíamos esse pleito, e agora o governo do estado contempla aquela região. Estão de parabéns a região e o governo do estado por essa visão, por esses investimentos.

Também participamos ontem da reunião da Associação Empresarial de Itajaí, sobre segurança pública, com uma palestra do Coronel Altair Derner Filho, comandante regional, que expôs as dificuldades e as condições de trabalho da Polícia Militar. A reunião foi conduzida pela presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajaí, Maria Izabel. Tivemos a presença do vereador Osvaldo, presidente da Câmara de Vereadores, dos vereadores Tiago Morastoni, Anna Giovani Félix e José Acácio.

Tínhamos também previsto a presença do vereador Carlos Eli, que não pode chegar até a reunião. Mas também conversamos sobre a questão de segurança no município de Itajaí e claro com a

palestra, com a exposição do coronel Altair Derner Filho, sobre as dificuldades, o efetivo, e o trabalho que tem sido realizado.

Há preocupação com o município de Camboriú que apresenta o maior número de homicídios por habitantes do estado de Santa Catarina e dos demais municípios. Itajaí reduziu muito os índices de criminalidade. Enfrentou a questão dos atentados também com muita disposição. E com isso vimos que a região passa a ter um clima mais tranquilo. Há um empenho muito grande. Claro que ainda temos dificuldades. E o governador Raimundo Colombo autorizou concurso para mais 1.500 policiais, o que vai reforçar o nosso efetivo.

Nunca se contratou tanto, se chamou tantos policiais para repor o efetivo. Então, é importante parabenizar a Associação Empresarial de Itajaí pela reunião e discussão dos problemas regionais.

Estavam presentes lá os secretários de Segurança, a Susi Bellini, do município de Itajaí, Joab Bezerra Duarte Filho, do município de Navegantes. Também tivemos a presença do delegado regional de Itajaí, Rui Garcia dos Santos. Então, a cúpula da segurança da região se mostrou preocupada em dar mais tranquilidade em atender melhor à população.

Falamos muito de várias questões, inclusive dos Consegs, os conselhos de segurança. E vemos em alguns momentos algumas desmotivações. É compreensível, porque a criação dos Consegs teve como objetivo fazer com que a população participe efetivamente das questões da segurança pública, opine e dê suas sugestões. E claro, o cidadão vai à reunião do Conseg empolgado, motivado, sugerindo que se coloque mais uma viatura, mais um policiamento em determinado local, mais uma câmara de vigilância.

Depois acompanhamos a dificuldade que a estrutura da segurança enfrenta, a dificuldade de falta de efetivo, a dificuldade de contratações, a demora das licitações, pois tudo que tem que se fazer no serviço público tem dificuldade. E como se diz, o estado acaba sendo inimigo do estado

como um todo, união, estado, município. E daí muitas vezes o cidadão também acaba sentido a dificuldade que os próprios policiais enfrentam, além da questão da impunidade.

Então, a reunião foi muito produtiva. E está de parabéns a Associação Empresarial de Itajaí, que tem feito essas reuniões de forma normal, todas as semanas discutindo assuntos de interesse da comunidade.

Participamos também da reunião da Associação do Bairro das Nações, em Balneário Camboriú, até porque moro no bairro dos Pioneiros, ligado ao bairro das Nações, com os moradores amigos, conhecidos, e os nossos problemas são os mesmos. Tivemos a presença do Dão Koeddermann, secretário do município, do comandante da Polícia Militar, coronel Ronaldo, do delegado Jorge da Polícia Civil, da Vera, presidente da Associação de Moradores, discutindo alguns assuntos positivamente, com o compromisso do coronel Ronaldo no sentido de ampliar o policiamento ostensivo no bairro das Nações, com a presença constante de viaturas, determinando que a partir de hoje as viaturas tenham uma ronda diária por todas as ruas do bairro.

No bairro das Nações temos alguns casos de vítimas de crimes, de roubos, que demonstraram como está a questão da segurança pública e demonstraram eficiência policial, porque os autores dos crimes lá relatados já foram todos presos.

Pena que a lei neste país seja um incentivo à criminalidade, porque esses criminosos, que já eram reincidentes, que deveriam estar nos presídios, estavam ali praticando crimes, foram novamente presos e infelizmente dentro de poucos dias estarão novamente nas ruas.

Então, temos que mudar a legislação federal. Temos que ter uma legislação mais dura. Temos o exemplo de alguns países, de alguns locais como Nova Iorque que começou com tolerância zero, mantendo na prisão quem pratica qualquer tipo de delito. E hoje Nova Iorque tem o menor número de presos e o menor número de índice de

criminalidade. Enquanto que no Brasil aumentamos o número de presos e sentimos o aumento da criminalidade.

Então, o Congresso Nacional, o governo federal, que é quem tem o poder para estabelecer a pena, tem que acordar para essa situação da população brasileira, refém da criminalidade.

O cidadão de bem é que está preso em sua residência, enquanto os marginais ficam pela rua praticando crimes, sendo identificados, sendo presos, mas infelizmente no outro dia sendo liberados.

Recebemos lá também a reivindicação do comando da Polícia Militar, que ontem encerrou a operação veraneio, então o reforço de policiais que nós tínhamos em todo o litoral catarinense agora ficou reduzido.

Voltam os policiais para as suas bases, e o nosso litoral fica com os policiais aqui lotados. O batalhão de Balneário Camboriú precisa urgentemente de mais 40 novos policiais militares.

Nós precisamos que desses novos concursos, e desses cursos de formação que estão em andamento, a região seja atendida. Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, todos sabemos, são regiões que infelizmente têm visto aumentar o índice de criminalidade.

Então, foi muito importante essas duas reuniões, uma na Associação Empresarial de Itajaí e outra no Colégio Presidente Médici, com a Associação dos Moradores do Bairro nas Nações, de Balneário Camboriú.

Mas com esse trabalho, com a definição, com a busca de mais policiais, com a determinação da Polícia Militar no sentido de fazer um policiamento ostensivo mais permanente, com certeza teremos sim a melhora das condições da segurança pública da nossa Balneário Camboriú.

Essa seria a nossa exposição, sr. presidente, das reuniões de ontem. Teria mais a falar, mas o farei numa próxima oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que preside esta sessão na tarde de hoje, senhores deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores, quero cumprimentar também toda a nossa imprensa.

Hoje, vi aqui, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. mais uma vez preocupado e falando na segurança do estado.

Outros deputados se pronunciaram sobre a Educação, outros sobre a Saúde, pois são problemas que vivemos no dia a dia da nossa sociedade.

Quero falar hoje sobre as questões ambientais, especificamente sobre a Fatma. E tive a oportunidade, na quinta feira passada, em Concórdia, com o novo presidente da Fatma, Gean Loureiro. Sei que nesses poucos mais de 30 dias a frente da instituição visitou todas, senão todas, mas quase todas as regionais distribuídas, em número de 16, no estado de Santa Catarina. E vimos a vontade de fazer um trabalho que contemple a legislação, um trabalho que obedeça aos critérios de preservarmos e conservarmos o meio ambiente, mas também de não impedirmos e não travarmos o desenvolvimento, deputado Aldo Schneider.

Tenho aqui um documento da Celulose Irani, e quero fazer justiça a essa empresa, que é a maior ou senão uma das maiores na produção de papel em Santa Catarina. Uma empresa orgulho não apenas para os catarinenses, mas para o país, de poder ver dezenas de pedidos de licenciamento, desde licenciamento para poder derrubar, deputado Neodi Saretta, uma árvore seca, que traz risco para uma residência, como licenças para cascalhamento nas propriedades aonde esse cascalhamento serve, para a abertura de estradas, para poder colher o reflorestamento. Essa empresa é uma das maiores

reflorestadoras também do estado de Santa Catarina.

Então, existe o empenho e a vontade do nosso novo presidente. E quero fazer justiça ao ex-presidente, que também deve ter feito a parte dele, tentando buscar encaminhamento, indo buscar o meio termo para que se pudesse atender à preservação com a oportunidade do desenvolvimento.

Ao meio-dia estive na bancada do PMDB o presidente atual da Celesc, dr. Cleverson. E nós sabemos quantas redes de energia elétrica temos no interior do nosso estado e principalmente vinculadas ao meio rural, onde a nossa produção agrícola foi tendo ao longo dos anos novos investimentos, com equipamentos diferentes, mas que hoje não conseguem fazer esses equipamentos funcionarem para aumentar sua capacidade de ganho, a sua capacidade de desenvolvimento, porque as redes da Celesc não oferecem as condições necessárias. E muitos dos projetos não acontecem porque a Celesc não consegue o licenciamento da Fatma.

Deputado Volnei Morastoni, vemos as empresas de telecomunicação com instalações de antenas novas. E reclamamos muitas vezes. Fizemos parte de uma região no meio-oeste de Santa Catarina, deputado Neodi Saretta, do Irani a Porto União, descoberta de sinal de telefonia, tanto de telefone fixo quanto de telefonia móvel. E as empresas têm dificuldade de colocar suas antenas por dificuldade de conseguir um licenciamento junto ao órgão competente ambiental.

Então, temos que começar a nos convencer de que temos consciência disso. Aliás, sou filho de agricultores e sei quanto é importante que a população e os agricultores tenham consciência da preservação principalmente no campo. E não temos a oportunidade de nos desenvolver, porque às vezes pequenos projetos de renovações de licenças, sem que haja mudança nenhuma na propriedade, no estabelecimento, ficam represados sem as condições, sem agilidade, sem a informação e sem a possibilidade de serem aprovados, para que as

coisas possam acontecer. O exemplo está nesses que eu citei.

Quero me referir mais uma vez sobre a Celulose Irani, uma empresa que recebeu por diversas vezes o selo de empresa conservadora, empresa exemplo na questão ambiental e que por pequenas coisas é impedida de fazer grandes investimentos que ajudariam o nosso desenvolvimento e, em especial, o do interior e nas regiões de maior dificuldade, as mais pobres.

Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o presidente da Fatma, com esse novo ritmo de trabalho, com esse conhecimento e com vontade de ir a todas as regiões, buscando oportunidade de colocar mais técnicos dentro da empresa, vamos atender a esses pleitos que são necessários para o nosso desenvolvimento e para que os investimentos possam acontecer.

Não existe, deputada Ana Paula Lima, desenvolvimento sem estradas, sem energia elétrica, mesmo quando o governo federal e do estado trabalhem para sermos um estado 100% de energia elétrica em todas as residências. Nós impedimos que agricultores possam aumentar seu agronegócio por falta de uma licença, não para poluir, não para deixar de cumprir aquilo que se recomenda sobre a questão legal, mas para poder desenvolver a sua propriedade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado Moacir Sopelsa, v.exa. está falando de algo que em nossos gabinetes também tem várias reivindicações.

É inadmissível que para expandir um negócio, que facilite a vida dos agricultores e das pessoas que moram em grandes centros, a licença ambiental demore tanto.

Eu falo na questão da telefonia, acho que v.exa. mencionou isso. Nós também temos uma relação, já falamos com várias operadoras de telefonia, de pedidos de licença à Fatma para a instalação das antenas, objetivando a abrangência

da telefonia móvel e fixa, desde 2009, deputado Moacir Sopelsa. São grandes municípios pedindo, e até este momento a Fatma não destacou e não liberou essas licenças ambientais.

Então, isso tem prejudicado o desenvolvimento do nosso estado. Isso é um gargalo do governo do estado. Eu acho que o governador tem que verificar essa situação, porque um dos problemas são as licenças ambientais da Fatma. E rogo ao senhor que nós possamos discutir isso, sim, mais amplamente, porque as pessoas estão esperando há muito uma licença ambiental para fazer a expansão da telefonia no estado de Santa Catarina, fora os outros assuntos que não conseguem a liberação da licença ambiental para expandir outros negócios.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Srs. deputados e sras. deputadas, às vezes é muito mais prejudicial ao meio ambiente deixarmos que as coisas aconteçam clandestinamente do que ir buscar com mais vontade, agilidade ou dizer que sim ou não, mas não podemos permitir que um projeto fique três anos ou quatro anos engavetado sem que se dê uma solução.

Então, realmente, é uma questão para discutirmos. E é preciso dar apoio ao presidente da Fatma, porque ela precisa de funcionários. Então, que seja dada a oportunidade e que o serviço possa ser prestado, uma vez que não acontece nada nem na cidade nem no campo sem ter a licença emitida pelo órgão que hoje é o responsável em Santa Catarina, a Fatma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado!

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0054/2013, 0055/2013 e 0056/2013 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0057/2013, 0058/2013, 0059/2013, 0060/2013 e 0061/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresche; 0062/2013, de autoria do

deputado Jailson Lima, conforme determina o Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0089/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0090/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0091/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0093/2013, 0094/2013, 0095/2013, 0096/2013 e 0097/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0098/2013, 0099/2013, 0100/2013 e 0101/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0102/2013, 0103/2013 e 0104/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0105/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0106/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 0092/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao presidente do Tribunal de Contas a realização de fiscalização e diligência nas dívidas públicas deixadas pelo ex-prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0048/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada aos comandantes do Corpo de Bombeiros Militar dos municípios de Pinheiro Preto, Tangará, Videira, Joaçaba, Herval d'Oeste, Fraiburgo, Curitibanos e Xanxerê, enviando cumprimentos pelo resgate do menino Victor Henrique Rodrigues, após estar desaparecido no interior do município de Pinheiro Preto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0005/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes ao valor da dívida pública contratual interna e externa no período de 1950 e 1980.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0006/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes às empresas que foram beneficiadas com incentivos fiscais através do Prodec, Pró-Emprego e Pró-Cargas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0007/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governo do estado, solicitando informações sobre o conhecimento do mesmo acerca da operação tapete negro deflagrada pelo Ministério Público, na cidade de Blumenau, que investiga o desvio de recursos públicos na prefeitura, bem como quais informações foram encaminhadas para o Banco Central justificando a nomeação do sr. João Paulo Kleinübing para ocupar a Presidência do Badesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0008/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações referentes aos municípios que têm gestão plena, bem como que gestão tem essa secretaria nesses municípios, quais municípios têm credenciamento para a realização de cirurgias de média e alta complexidade, critérios utilizados para o credenciamento e correspondente volume, e como os hospitais repassam os horários aos profissionais que não são funcionários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

(Pausa)

Na ausência do deputado Kennedy Nunes, com a palavra o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna mais uma vez com uma notícia muito importante para Santa Catarina e os catarinenses.

Tivemos a grata satisfação de acompanhar nos jornais do interior uma notícia importante sobre

uma empresa da região, hoje uma empresa internacionalidade, a BRF. A unidade premiada foi a de Videira, e Ouro conquistou a excelência nesse programa.

"A BRF, criada a partir da associação entre Perdigão e Sadia, nasceu como um dos maiores players globais, ou seja, maior empresa de produção, reforçando a posição do país como potência no agronegócio".

Por isso, faço questão de fazer este registro.
(Continua lendo.)

"A BRF atua nos segmentos de carnes (aves, suínos e bovinos), alimentos industrializados (margarinas e massas), e lácteos, com marcas consagradas, como Perdigão, Sadia, Batavo, Elegê e Qualy, entre outras.

Durante o ano de 2012, as unidades produtoras, filiais, unidades logísticas e escritórios da BRF participaram do Programa da Excelência BRF, que tem como princípio a busca de resultados por meio de métodos e padrões consistentes".

Esta modernidade no setor produtivo é a grande prova que vem surtindo um efeito fantástico.

(Continua lendo.)

"A unidade da BRF de Videira conquistou a classificação ouro no programa, o que, segundo a empresa, evidencia o seu comprometimento e a posiciona entre as melhores unidades produtivas da companhia.

O resultado deve-se ao atendimento das metas e padrões durante o ano passado e será comemorado com distribuição de prêmios aos funcionários".

Esta premiação não deixa de ser um incentivo para os funcionários.

(Continua lendo.)

"Formada pelas áreas da indústria, agropecuária, rações e proteínas, recursos humanos e administração, a unidade emprega cerca de quatro mil funcionários, e a participação de todos, segundo a BRF, foi determinante para alcançar o resultado.

Só com o grande envolvimento é que conquistamos a excelência brasileira no processo fabril. E isso é muito importante, porque nos

posiciona na vanguarda da companhia, explica o diretor agroindustrial da regional de Santa Catarina, Fabrício Delgado.

O programa de qualidade da BRF é dividido em cinco grandes modalidades: manufatura, carnes, logística, vendas, *food services* e serviços.

A iniciativa contou com a participação de aproximadamente 100 mil funcionários de toda a BRF, empenhados em cumprir os padrões e desenvolver pequenos projetos para o dia a dia, a fim de melhorar os resultados e a busca constante pela excelência, dando prêmios para os funcionários.

Como a unidade de Videira obteve o melhor resultado da companhia, os seus cerca de quatro mil funcionários participarão, em abril, do sorteio de vários brindes oferecidos pela BRF. Dentre esses, seis veículos Gol, Zero quilômetro e mais 100 unidades de televisores 42 polegadas e notebooks”.

Então, podemos ver que realmente a empresa valoriza o seu quadro de funcionários que se projetam em benefício da unidade.

(Continua lendo.)

“A gerente industrial, Luciara Peil, avalia a iniciativa como um grande incentivo e diz: ‘nossos funcionários dedicaram-se para essa conquista, foram comprometidos e mostraram dedicação. Agora é hora de comemorar, retribuir e reforçar nossos compromissos para os próximos anos.’

A divulgação da conquista também será feita em toda comunidade videirense, com ações de comunicação que incluem a veiculação do resultado, em *outdoors* e, no dia da premiação, um desfile pelas ruas da cidade.”

Vejam como é importante uma empresa valorizar os seus funcionários! E nós que conhecemos a Perdigão e a Sadia mais especificamente, que acompanhamos o desempenho dos seus integrados no setor tecnológico e logístico, quer em Concórdia, quer em Videira, sabemos como valorizam seus colaboradores.

Então, o que vale é que o quadro de funcionários dessas empresas, não só o setor de

Videira que conquistou essa posição nesse projeto de avaliação, mas também a Perdigão que buscou no passado o pequeno produtor, tanto quanto a Sadia, oferecendo condições de negociar com seu galinheiro, com quatro ou cinco mil aves, e hoje negociam com galinheiros de até 50 mil frangos, e assim também acontece com a suinocultura e a bovinocultura...

Srs. deputados, temos orgulho dessas empresas, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que conhece bem a Sadia, lá da sua terra, que hoje integra esse grupo tão importante. Por isso, solidarizamos-nos com a BRF, setor de Videira, cumprimentando todos seus diretores e funcionários. Tenho grandes amigos na empresa, que há anos vêm exercendo suas atividades dentro da BRF ou da Perdigão, em Videira.

Temos como exemplo famílias nas quais quase todos seus membros exercem atividades dentro da empresa, nos mais diversos setores. Isso é importante para a manutenção da família junto à empresa, que busca cada vez mais incentivar que a família toda trabalhe junto, porque quem trabalha junto permanece unido, tanto na fábrica quanto em casa. Quer dizer, quanto mais membros da família estiverem dentro da empresa em setores diferenciados, maiores benefícios essa família terá.

Parabéns à BRF de Videira!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.